



DECLARAÇÃO

14ª Assembleia Plenária do ParlAmericas: *Ações Parlamentares para Promover o Discurso Político Responsável*

15 a 17 de novembro de 2017 | Medellín, Colômbia

Nós, parlamentares de 19 países das Américas e do Caribe, nos reunimos em Medellín, Colômbia, nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2017, por ocasião da 14ª Assembleia Plenária do ParlAmericas, sob o tema: ***Ações Parlamentares para Promover o Discurso Político Responsável.***

Durante o encontro, compartilhamos experiências e perspectivas sobre os efeitos gerados por fenômenos como "pós-verdade" e a distribuição de notícias e propaganda falsas, sobre a democracia, a governança e a representação política.

Nas sessões de diálogo e nas oficinas de trabalho, sustentamos um proveitoso intercâmbio sobre o nosso papel na promoção de iniciativas, institucionais e individuais, para incentivar práticas discursivas responsáveis que apelem à tolerância, ao respeito e ao reconhecimento da pluralidade, para responder aos desafios apresentados por essas complexas realidades.

RECONHECENDO:

Que a participação nos processos democráticos exige que as e os cidadãos e cidadãs tenham acesso a informações verdadeiras, precisas e diversas como base para um diálogo construtivo e crítico sobre os assuntos públicos.

Que a era da comunicação digital, ao mesmo tempo em que democratiza a distribuição e o consumo de informações e notícias, gera novos desafios à soberania, governabilidade, segurança e estabilidade democrática.

Que fenômenos como notícias falsas e distribuição de propaganda, através de redes sociais, corroem a credibilidade nas instituições, prejudicam os direitos dos cidadãos e cidadãs à informação e criam desafios para o diálogo democrático e a convivência, exacerbando antagonismos e promovendo discursos de ódio.

Que algumas formas de notícias falsas têm efeitos reais sobre os direitos humanos dos indivíduos e das comunidades e podem instigar hostilidade, discriminação e violência, particularmente em relação às mulheres e outros grupos tradicionalmente marginalizados.

Que a complexidade dessas realidades e suas graves consequências foram abordadas pelas Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos e a União Europeia, entre outros entes multilaterais, e também por colegas parlamentares em todo o mundo.

Que, neste contexto, é fundamental salvaguardar os direitos à informação e à livre expressão como princípios centrais do Estado de Direito, entendendo que os fatos descritos acima não podem ser usados para restringir a liberdade de expressão ou reprimir o dissenso.

Que os meios de comunicação e o jornalismo, exercidos livremente de forma independente e responsável, são pilares fundamentais da democracia e seu trabalho é essencial para um debate público informado, bem como para denunciar o abuso de poder, a corrupção e a impunidade.

Que as organizações da sociedade civil, as universidades, os meios de comunicação e o setor privado estão desenvolvendo iniciativas inovadoras para enfrentar as causas e consequências das notícias falsas e a distribuição de propaganda, promovendo projetos jornalísticos para verificar fatos e apoiando a literacia midiática informativa.

Que, diante do clima generalizado de desconfiança da cidadania nas instituições públicas, incluindo o Poder Legislativo, é imperativo aprofundar práticas de parlamento aberto e transparência legislativa.

Que nesta conjuntura, que tende a incitar antagonismos e polarizações, as e os parlamentares têm o dever de promover e apoiar práticas discursivas responsáveis que promovam um diálogo respeitoso, tolerante e plural como contribuição para o compromisso permanente de fortalecer nossas democracias.

COMPROMETEMO-NOS A:

1. Avaliar, de acordo com as particularidades de cada um dos nossos países, a necessidade de promover debates e estabelecer comitês legislativos dedicados a abordar o fenômeno das notícias falsas e distribuição de propaganda, a conscientização pública de suas consequências e as políticas e medidas legislativas necessárias para neutralizá-las.
2. Trabalhar com os ministérios das comunicações, as autoridades competentes, os meios de comunicação social, o setor privado e as organizações da sociedade civil para atualizar políticas, protocolos e regulamentos buscando fornecer respostas adequadas ao desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação.
3. Insistir na adoção de legislação para garantir o direito da cidadania de acessar a informação pública e promover a divulgação proativa de informações governamentais e parlamentares como contributo para promover debates públicos baseados em evidências, tendo como referência o “Roteiro para a Abertura Legislativa” desenvolvido pela Rede de Parlamento Aberto do ParlAmericas.
4. Fortalecer as estratégias de comunicação institucional de nossos parlamentos como um mecanismo para encorajar a participação cidadã, promover uma melhor compreensão do trabalho legislativo e contribuir para a discussão informada dos assuntos públicos.
5. Avançar em reformas educacionais que reconheçam a importância da literacia midiática e informativa e o desenvolvimento das habilidades necessárias para a capacitação de cidadãos e cidadãos críticos, capazes de enfrentar as complexidades inerentes ao desenvolvimento das tecnologias de informação.
6. Promover o trabalho colaborativo com os meios de comunicação e a mídia em geral, o setor privado e a sociedade civil que trabalham para identificar e combater as notícias falsas e na conscientização sobre os seus efeitos, inclusive sobre mulheres e outros

grupos marginalizados; sem restrições e prejuízo das liberdades de opinião e de expressão.

7. Fomentar nos nossos parlamentos e nas nossas interações públicas, presenciais e virtuais, práticas discursivas e comunicativas respeitadas, inclusivas e tolerantes, que propiciam o diálogo construtivo e reconheçam o valor da pluralidade de nossas sociedades.

Assinada em Medellín, Colômbia, em 17 de novembro de 2017